Ajuste direto nº 20220712

Aquisição de reagentes para diagnóstico de doenças infeciosas e genéticas para utilização no Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Caderno de Encargos

Índice

Capítulo I – Disposições gerais

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações da entidade adjudicatária

Subsecção I - Disposições gerais

Subsecção II - Dever de sigilo

Secção II - Obrigações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Capítulo IV - Caução

Capítulo V - Resolução de litígios

Capítulo VI - Disposições finais

Anexo Técnico

José António dos Santos Domingos

Assinado de forma digital por José António dos Santos Domingos
Dados: 2022.11.09 11:56:09 Z

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.ª
Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal Aquisição de reagentes para diagnóstico de doenças infeciosas e genéticas para utilização no Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.
2. O presente procedimento insere-se no CPV 33696500-0 Reagentes de Laboratório, nos termos do Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74, em 15 de março de 2008.

Cláusula 2.ª
Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
    a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos entidade adjudicatárias, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
    b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
    c) O presente Caderno de Encargos;
    d) A proposta adjudicada;
    e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela entidade adjudicatária.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pela entidade adjudicatária nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª
Preço Base

O preço base para efeitos do presente procedimento pré-contratual é **de 69 500,00€** (*sessenta e nove mil e quinhentos euros)*, sendo este entendido como o preço máximo que o INSA, I.P., se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o fornecimento dos bens.

Cláusula 4.ª

Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens ao contraente público, podendo o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.), fixar datas de entrega na nota de encomenda ou por solicitação do laboratório após emissão da nota de encomenda, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o fornecimento dos bens terá de ocorrer, impreterivelmente, até **16 de dezembro de 2022**.

Capítulo II
Obrigações contratuais

Secção I
Obrigações da entidade adjudicatária

Subsecção I
Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais da entidade adjudicatária

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
b) Obrigação de garantia dos bens;
c) Obrigação de continuidade de fabrico.

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. A entidade adjudicatária obriga-se a entregar à entidade adjudicante pública os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. A entidade adjudicatária é responsável perante Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 7.ª

Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações do INSA, I.P., situadas no Porto, Aguas Moura e Lisboa, mediante solicitação do INSA, I.P., se outro não for solicitado na nota de encomenda, de acordo com as necessidades do INSA, I.P.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o fornecimento dos bens terá de ocorrer, impreterivelmente, no prazo de 15 (quinze) dias após a emissão da Nota de Encomenda pelo serviço requisitante do INSA, I.P.
3. O contraente público reserva-se ao direito de fasear as notas de encomenda de acordo com suas as necessidades.
4. Caso o adjudicatário não cumpra de forma exata e pontual as obrigações contratuais, por facto que lhe seja imputável, o contraente público notificá-lo-á para o cumprimento da prestação, fixando um prazo não inferior a 5 (cinco) dias.

Cláusula 8.ª

Inspeção e testes

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante pública, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 15 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Após a verificação referida no número anterior, o INSA, I.P., pode:
   a) Receber o bem;
   b) Rejeitar o bem por apresentar deficiências de qualidade;

c) Aceitar o bem mediante condição de, após exame posterior ou durante a utilização dos mesmos, serem comprovadas as características exigidas.

3. No caso previsto na alínea b) do número anterior, a entidade adjudicatária fica obrigada à sua imediata substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data da encomenda até à finalização do fornecimento de acordo com as condições exigidas.

4. Todos os encargos decorrentes da substituição, devolução ou destruição do bem que tenham sido objeto de rejeição, serão da exclusiva responsabilidade da entidade adjudicatária.

5. A rejeição do bem disponibilizado nos termos do presente artigo não confere à entidade adjudicatária o direito a qualquer indemnização.

6. A rejeição do bem por parte da entidade adquirente pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e pelos danos sofridos.

7. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o fornecimento do bem em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade insuficiente, suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada, ficando a entidade adjudicatária obrigada à sua imediata reposição ou substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data da encomenda até à finalização do fornecimento de acordo com as condições exigidas.

8. Durante a fase de realização de testes, a entidade adjudicatária deve prestar ao INSA, I.P., toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 9.ª
Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos, o INSA, I.P., deve disso informar, por escrito, a entidade adjudicatária.

2. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicatária deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo INSA, I.P., às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pela entidade adjudicatária, no prazo respetivo, o INSA, I.P., procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

4. Caso haja uma segunda inconformidade dos bens nos termos dos números anteriores, poderá o INSA, I.P., resolver o contrato com base nesse fundamento, sendo a entidade adjudicatária responsável nos termos gerais definidos na lei e no contrato.

Cláusula 10.ª

Aceitação dos bens

1. Caso os testes solicitados a que se refere a Cláusula 8.ª comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos, e após validação técnica (assinatura da respetiva guia de remessa ou guia de transporte) por parte do laboratório, os bens consideram-se devidamente aceites.
2. Com a aceitação do bem a que se refere o numero anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o INSA, I.P., bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre a entidade adjudicatária.
3. A aceitação do bem a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 11.ª

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, a entidade adjudicatária garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 2 anos, se outro prazo não for específico do bem a adquirir, a contar da data de aceitação dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
    a) O fornecimento, componentes ou bens reparados ou substituídos;
    b) O transporte do bem ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o INSA, I.P., tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar a entidade adjudicatária, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo INSA, I.P., e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 12.ª

Garantia de continuidade de fabrico

A entidade adjudicatária deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens.

Subsecção II
Dever de sigilo

Cláusula 13.ª
Objeto do dever de sigilo

1. A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao INSA, I.P., de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.ª
Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.ª
Gestor do Contrato

O órgão competente para a decisão de contratar designou como gestor do contrato, **Mário Rodrigues**, tendo como função o acompanhamento permanente da execução do contrato, através da medição dos níveis de desempenho do contratante, a execução financeira, técnica e material.

Secção II
Obrigações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Cláusula 16.ª
Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o INSA, I.P., deve pagar à entidade adjudicatária o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicatária público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.ª
Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo INSA, I.P., nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo INSA, I.P., das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e enviadas para o email: fornecedores@insa.min-saude.pt
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do INSA, I.P., quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a entidade adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III
Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 18.ª
Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o INSA, I.P., pode exigir da entidade adjudicatária o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 20% do valor contratual;

b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 20% do valor contratual;

c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 20% do valor contratual;

d) Pelo incumprimento por inconformidade dos bens fornecidos ao fim a que se destinam, nos termos da cláusula 8ª, até 20% do preço contratual.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento da entidade adjudicatária, o INSA, I.P., pode exigir-lhe uma pena pecuniária prevista no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pela entidade adjudicatária ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso ou inconformidade na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o INSA, I.P, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da entidade adjudicatária e as consequências do incumprimento.

5. O INSA, I.P., pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o INSA, I.P., exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 19.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades à entidade adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela entidade adjudicatária de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.ª

Resolução por parte do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o INSA, I.P., pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso da entidade adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a um mês ou declaração escrita da entidade adjudicatária de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicatária e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo INSA, I.P.

Cláusula 21.ª

Resolução por parte da entidade adjudicatária

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicatária pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes; ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao INSA, I.P., que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela entidade adjudicatária, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV
Caução

Cláusula 22.ª
Execução da caução

1.Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP o adjudicatário está dispensado da prestação de caução, quando o preço contratual for inferior a 500.000,00€.

2. O Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. poderá proceder à retenção de 10% (dez) do valor dos pagamentos a efetuar, como garantia de bom cumprimento das obrigações do adjudicatário.

3. Caso seja aplicável a prestação de caução e para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do procedimento, o adjudicatário deverá prestar uma caução no valor de 5% do preço total contratualizado, com exclusão do IVA.

4. A resolução do contrato pelo INSA, I.P. não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

5. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Capítulo V
Resolução de litígios

Cláusula 23.ª
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI
Disposições finais

Cláusula 24.ª
Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o INSA, I.P., venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a entidade adjudicatária indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 25.ª
Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.ª
Política de proteção de dados e de privacidade

1. A entidade adjudicante assegura que o tratamento dos dados pessoais se destina exclusivamente às finalidades de execução do contrato, sendo apagados no termo da sua vigência, e que, em situação alguma, os dados recolhidos serão utilizados para outra finalidade que não as ações necessárias ao âmbito do contrato.
2. A todo o tempo, a entidade adjudicante, na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, garante ao titular dos direitos pessoais o direito de acesso, retificação, atualização e apagamento dos seus dados pessoais mediante pedido escrito dirigido ao respetivo Responsável pelo tratamento, através dos contactos disponibilizados para o efeito, ou para o endereço de correio eletrónico dpo@insa.min-saude.pt

Cláusula 27.ª
Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 28.ª
Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO TÉCNICO

1. A descrição dos parâmetros base dos bens assim como as quantidades, encontram-se descritos na tabela anexa, devendo o adjudicatário responder a todos os produtos, sob pena de exclusão.
2. A entrega será efetuada de acordo com o inscrito nas tabelas do INSA, I.P., Sede – Lisboa, CEVDI – Águas de Moura e CSPGF – Porto, disponíveis no respetivo site em http://www.insa.pt em "*Contactos*".
3. O adjudicatário deverá realizar o transporte, por si só ou por terceiros, de forma a garantir que os produtos não sofram qualquer alteração na sua composição, nomeadamente realizando o transporte com os meios adequados a cada produto e usando esses meios de forma adequada.
4. Relativamente às referências dos artigos indicadas na proposta de fornecimento, o adjudicatário deverá ter em consideração o seguinte:

   4.1 É fundamental que as referências dos artigos, indicadas, na proposta de fornecimento, correspondam à referência que consta no catálogo indicado para avaliação da conformidade dos mesmos.

   4.2 No caso de aquela referência não constar no catálogo da marca nem do catálogo do adjudicatário, deverá ser indicada a correspondência inequívoca à referência de um destes dois.

   4.3 No caso de esta correspondência não estar indicada, a avaliação da adequação do artigo proposto não será efetuada. Neste caso, conclui-se pela impossibilidade de avaliação da proposta ou do artigo proposto, em virtude de não apresentação dos respetivos atributos, constituído causa de exclusão da proposta em questão, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
5. "O total INSA, I.P. número", refere-se a um número que multiplicado pela coluna correspondente de "Apresentação Embalagens" irá corresponder à quantidade total pedida como parâmetro base pelo INSA, I.P.
6. A coluna abaixo indicada – "apresentação de embalagens" – não é parâmetro base deste Caderno de Encargos, pelo que não será critério de exclusão, podendo o adjudicatário apresentar proposta com apresentação comercial desde que:
   a) A apresentação comercial dos bens ou material, proposta pelo concorrente permita a entrega nos diversos locais de entrega definidos no ponto 2 deste anexo técnico;
   b) As quantidades totais propostas pelo concorrente sejam iguais ou superiores às pedidas neste anexo técnico, não prejudicando contudo a conveniência e a gestão da metodologia de trabalho nos diferentes Departamentos e Unidades do INSA, I.P., designadamente, concentrações químicas e/ou distribuição de quantidades do bem proposto.
7. Por "parâmetro base", nos termos da lei, entende-se as caraterísticas técnicas descritas na tabela abaixo que deve ser cumprida pelo adjudicatário, sob pena de exclusão da proposta.
8. A coluna com a indicação da Unidade não é passível de ser alterada.
9. O preço base corresponde ao valor máximo a pagar pela entidade adjudicante, sendo excluída a proposta que ultrapasse o preço base.
10. O adjudicatário deverá entregar os reagentes constantes da tabela infra com um prazo de **validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega.**

Posição	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Unidade	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	Valor total
1	7020010508	Antisoro polivalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático OMD			3 mL	1	1	0	0	69 500,00€
2	7020010512	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático O: 40			3 mL	1	1	0	0	
3	7020010513	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático O: 41			3 mL	1	1	0	0	
4	7020010514	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático O: 42			3 mL	1	1	0	0	
5	7020010515	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático O: 43			3 mL	1	1	0	0	
6	7020010516	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático O: 44			3 mL	1	1	0	0	
7	7020010517	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático O: 45			3 mL	1	1	0	0	
8	7020010540	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático O: 52			3 mL	1	1	0	0	
9	7020010152	Antisoro polivalente p/tipagem de Salmonella - antigéneo somático OMA			3 mL (150 testes)	3	3	0	0	
10	7020010153	Antisoro polivalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático OMB			3 mL(150 testes)	2	2	0	0	
11	7020010154	Antisoro polivalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático OMC			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
12	7020010156	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigénio somático O:4			3 mL (150 testes)	2	2	0	0	
13	7020010157	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático O: 7			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
14	7020010158	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático O: 8			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
15	7020010168	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigénio somático O:58			3 mL	1	1	0	0	

Posição	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Unidade	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	Valor total
16	7020010169	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo flagelar H:x			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
17	7020010170	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo flagelar H:G			3 mL (150 testes)	6	6	0	0	
18	7020010181	Antisoro polivalente p/ tipagem de Salmonella - antigénio flagelar HMF			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
19	7020010183	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo flagelar H:z15			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
20	7020010184	Antisoro polivalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo flagelar HMA			3 mL (150 testes)	2	2	0	0	
21	7020010185	Antisoro polivalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo flagelar HMB			3 mL (150 testes)	2	2	0	0	
22	7020010186	Antisoro polivalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo flagelar HMC			3 mL (150 testes)	2	2	0	0	
23	7020010187	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigénio somático O:15			3 mL (150 testes)	2	2	0	0	
24	7020010188	Antisoro polivalente p/tipagem Salmonella-antigéneo flagelar H, mét. Sven Gard 1			3 mL (30 testes)	1	1	0	0	
25	7020010189	Antisoro polivalente p/tipagem Salmonella-antigéneo flagelar H, mét. Sven Gard 2			3 mL (30 testes)	6	6	0	0	
26	7020010190	Antisoro polivalente p/tipagem Salmonella-antigéneo flagelar H, mét. Sven Gard 6			3 mL (30 testes)	1	1	0	0	
27	7150020020	CR p/pesquisa de atc Yersinea enterocolitica			96 testes	2	0	2	0	
28	7150020104	CR para detecção de anticorpos Mycoplasma pneumoniae IgG Teste ELISA			96 testes	9	4	5	0	
29	7020010541	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigéneo somático O: 51			3 mL	1	1	0	0	
30	7150040012	CR p/ detecção de IgG para o HSV1 pelo método ELISA			96 testes	5	2	3	0	

Posição	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Unidade	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	Valor total
31	7150040014	CR p/ detecção de IgG para o HSV2 pelo método ELISA			96 testes	5	2	3	0	
32	7150040025	CR p/ detecção de IgM para o HSV1+2 pelo método ELISA indirecta			96 testes	5	2	3	0	
33	7020010333	Antisoro monovalente p/tipagem de Salmonella - antigéneo flagelar H:a			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
34	7020010087	Antisoro monovalente p/tipagem de Salmonella - antigéneo flagelar H:b			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
35	7020010089	Antisoro monovalente p/tipagem de Salmonella - antigéneo flagelar H:d			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
36	7020010094	Antisoro monovalente p/tipagem de Salmonella - antigéneo flagelar H:m			3 mL (150 testes)	4	4	0	0	
37	7020010104	Antisoro polivalente p/tipagem de Salmonella - antigéneo flagelar H:z4			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
38	7020010106	Antisoro polivalente p/ tipagem de Salmonella - complexo O3			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
39	7020010107	Antisoro monovalente p/tipagem Salmonella - antigéneo somático grupo O:13,22,23			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
40	7020010108	Antisoro polivalente p/ tipagem Salmonella - antigénio somático O:6,14,24,25			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
41	7020010109	Antisoro polivalente p/ tipagem de Salmonella - antigénio flagelar HMG			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
42	7020010115	Antisoro polivalente p/ tipagem Salmonella - antigénio flagelar H:q,s,t,p,u			3 mL (150 testes)	4	4	0	0	
43	7020020045	Reagente para remoção das IgG no soro, validado para técnica IFA			5mL	2	2	0	0	
44	7150020092	CR para detecção de anticorpos Mycoplasma pneumoniae IgM Teste ELISA			96 testes	9	4	5	0	
45	7150030027	CR p/pesquisa de quistos e trofozoitos de Pneumocystis carinii, IFD			1 conjunto	13	13	0	0	
46	7020010334	Anticorpo anti alfa tubulina humana			2 mL	1	1	0	0	

Posição	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Unidade	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	Valor total
47	7020010454	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigénio somático O:48			3 mL	1	1	0	0	
48	7020010455	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigénio somático O:50			3 mL	1	1	0	0	
49	7020010456	Antisoro monovalente p/tipagem de Salmonella - antigéneo flagelar H :w			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
50	7020010227	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigénio somático O:19			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
51	7020010099	Antisoro polivalente p/ tipagem de Salmonella - antigénio flagelar HMD			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
52	7020010174	Antisoro polivalente p/ tipagem de Salmonella - antigénio flagelar HME			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
53	7020010502	Antisoro polivalente p/ tipagem de Salmonella - antigénio somático O:6,7,8			3 mL (150 testes)	1	1	0	0	
54	7020010546	Antisoro monovalente p/ tipagem de Salmonella - antigénio somático O:61		Unidade	1 U	1	1			
55	7050010052	Controlo interno nível Patológico p/det. Lactato, plasma/LCR em analisador tipo Mindray	para utilização em equipamento automático tipo Mindray contra consumo em regime de comodato	Mililitro (mL)	5 x 5 mL	1		1		
56	7050010036	CR para dosear Creatinina no soro/urina em analizador automático tipo Mindray	para utilização em equipamento automático tipo Mindray contra consumo em regime de comodato	Mililitro (mL)	6 x 50 mL	2		2		
57	7050010038	CR para dosear Lactato no plasma/LCR em analizador automático tipo Mindray	para utilização em equipamento automático tipo Mindray contra consumo em regime de comodato	Mililitro (mL)	1 x 50 mL	4		4		
58	7050010039	CR para dosear piruvato em sangue/LCR em analizador automático	Kit de reagentes com calibrador para determinação de piruvato no sangue e LCR em equipamento automático tipo Mindray contra consumo em regime de comodato.	Mililitro (mL)	10*10 mL	3		3		

Posição	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Unidade	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	Valor total
59	7100040131	CR p/ deteção de Rickettsia (all species) p/ Real-time PCR	Deverá incluir curva padrão e internal extraction template (DNA or RNA), controls foSensibilidade de deteção < 100 cópias do alvo.	Reacção	150 reações	2	0	0	2	
60	7100040132	Mistura de PCR p/utilização com o cod. 7100040131, tipo oasig lyophilised 2x qPCR Master mix		Reacção	150 reações	5	0	0	5	
61	7100040094	CR p/ purificação de DNA genómico de alta eficiênciaHighly c/ Proteinase K	Método em coluna p/ isolamento de DNA genómico s/ recorrer a fenol a partir de amostras microbianas diversas tais como bacterias, fungos, DNA viral genómico a partir de sangue total, vírus presentes em amostras de fezes (ex: CMV), Mycobacterium tuberculosis ou Legionella pneumophila em pus ou lavados broncoalveolares, EHEC em alimentos, DNA bacteriano de culturas fluidos biologicos ou amostras clínicas (ex: Chlamydia trachomatis), DNA bacteriano (e.g. Borrelia burgdorferi) e viral (e.g. CMV) de amostras de urina, insectos e esfregaços bucais e dentários.	Reacção	250 reações	6	6	0	0	

Posição	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Unidade	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	Valor total
62	7100030121	Controlo de extração e de inibiçãopara DNA e RNA, tipo CPE-Internal Control	Controlo de extração e de inibição, com base na tecnologia MGB. Validado para extratos de DNA e RNA obtidos a partir de amostras celulares e não celulares, constituído por uma solução de plasmideo estabilizada contendo 2 DNAs plasmidicos e um RNA genomico do fago MS2 em alíquotas prontas a usar.	Teste	64 testes	3	3	0	0	
63	7100030122	CR p/quantificação de DNA de vírus HHV7, tipo HHV7 ELITe Standard	CR p/ quantificação do DNA do vírus HHV7 por PCR real time. Deverá ter 4 soluções estabilizadas de plasmídeos com concentrações diferentes, mas conhecidas, em tubos prontos a usar, com base na tecnologia MGB. Aplicável ao sistema ABI7500.	Teste	16 testes	2	1	1	0	
64	7100030123	CR p/quantificação de DNA de vírus HHV8, tipo HHV8 ELITe Standard	CR p/ quantificação do DNA do vírus HHV8 por PCR real time. Deverá ter 4 soluções estabilizadas de plasmídeos com concentrações diferentes, mas conhecidas, em tubos prontos a usar, com base na tecnologia MGB. Aplicável ao sistema ABI7500.	Teste	16 testes	1	1	0	0	

Posição	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Unidade	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	Valor total
65	7100030124	CR p/quantificação de DNA de vírus JCV, tipo JCV ELITe Standard	CR p/ quantificação do DNA do vírus JCV por PCR real time. Deverá ter 4 soluções estabilizadas de plasmídeos com concentrações diferentes, mas conhecidas, em tubos prontos a usar, com base na tecnologia MGB. Aplicável ao sistema ABI7500.	Teste	16 testes	1	1	0	0	
66	7100030126	CR para vírus HHV8, tipo HHV8 ELITe MGB Kit	CR p/ diagnóstico in vitro (amplificação e identificação, com possíbilidade de quantificação de DNA), PCR real time. Deverá incluir primers, sondas MGB, enzima Uracil-N-Glycosidase, controlo interno e análise da curva de melting. Aplicável ao sistema ABI7500.	Teste	100 testes	1	1	0	0	
67	7100030127	CR para vírus JCV, tipo JCV ELITe MGB Kit	CR p/ diagnóstico in vitro (amplificação e identificação, com possíbilidade de quantificação de DNA), PCR em real time. Deverá incluir primers, sondas MGB, enzima Uracil-N-Glycosidase, controlo interno e análise da curva de melting. Aplicável ao sistema ABI7500.	Teste	100 testes	1	1	0	0	

Posição	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Unidade	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	Valor total
68	7100030075	CR completo para a deteção e quantificação de CMV	PCR TR incluindo padrões p/ quantificação CMV, sondas de hibridação tipo Alert MGB ,TaqMan®-MGB. A mix reacional deve conter Uracil-N-Glicosidase e Controlo Interno endógeno (Betaglobina humana).O gene a amplificar (MIEA) deve codificar p/ proteína ppUL123. Deverá estar validado para utilização nos equipamentos ABIPRISM, Lighcycler e Rotorgene	Teste	96 testes	9	9	0	0	
69	7100030084	CR p/síntese cDNA (RT-PCR Plus) específica p/ metodologia Alert	CR p/obtenção de cDNA p/qRT-PCR de elevada eficiência, podendo ser utilizado c/ quantidades de RNA muito pequenas e provenientes de amostras celulares e não celulares. P/ detecção e quantificação de vírus RNA humanos e mRNAs. Este CR deve conter o conjunto completo de componentes necessários à reacção e ser específico para metodologias Alert . O volume final de reação deverá ser de 25 µl. Para utilização em termociclador convencional.	Teste	50 Testes	1	1	0	0	

Posição	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Unidade	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	Valor total
70	7100020094	CR p/ detecção de *Bartonella Henselae*, qPCR	Este CR deverá conter: Mistura de primers/sondas p/ B.henselae marcados com FAM; Controlo positivo de B.henselae p/curva padrão; Mistura p/Controlo interno de extracção c/ primers/sondas marcados c/ VIC (Padrão); Controlo interno de extracção DNA; Mistura p/controlo endogeno c/ primers/sondas marcadas c/ FAM; água livre de RNAse/DNAse p/ ressuspenção das misturas e dos controlos de extracção internos; tampão p/ resuspenção de controlos positivos e preparação da curva padrão.	Reacção	150 reacções	3	0	0	3	